



Jornal FNE Edição 105 – Fev/11

Nesta edição, Engenheiro traz o início da nova etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que produzirá propostas para os preparativos da Copa do Mundo de 2014. A partir de trabalhos elaborados por especialistas e debatidos nas

12 cidades-sedes do mundial, indicará obras e projetos necessários e qual a melhor forma de realizá-los. O objetivo é que os investimentos sejam feitos de modo a assegurar um legado positivo às populações desses locais e contribuam para o avanço da infraestrutura nacional.

Ainda, a iniciativa do Senge Rio Grande do Sul para que as prefeituras estabeleçam verba de responsabilidade técnica a ser paga aos engenheiros, assegurando-lhes isonomia com outros profissionais e remuneração de acordo com o piso legal da categoria.

Um debate realizado em São Paulo abordou a necessidade de se regulamentar a Constituição Federal em seus capítulos que tratam das comunicações. Um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apresentado na ocasião, traz um panorama do setor e visa orientar a implementação de políticas públicas.

Em entrevista, Weber Porto, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, fala sobre a expectativa para a economia nacional em 2011. Em C&T, uma pesquisa mostra que os brasileiros estão mais interessados em ciências, mas ainda lhes faltam informações sobre o tema. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Novos rumos começam a ser delineados para o País com as mudanças na administração federal e estadual a partir dos resultados das urnas em 2010. A cada nova eleição, renovam-se as esperanças de um projeto de desenvolvimento agregado à valorização profissional. Isso resultaria em investimentos em infraestrutura com melhoria da qualidade de vida da população e consequente ampliação do mercado de trabalho, garantindo-se salários justos aos profissionais.

Há que se observar que melhorias nesses fatores foram visíveis em algumas unidades da Federação, a ponto de se falar em falta de engenheiros e altas remunerações. Entretanto, em muitas outras, tal anseio – de ter a devida recompensa financeira por seu trabalho – não foi contemplado. O Estado do Piauí paga aos engenheiros o miserável salário de R\$ 893,79, um verdadeiro crime contra a categoria e uma contradição à atual conjuntura de valorização dessa mão de obra. Ao iniciar 2011, quando apostávamos numa gestão comprometida com o desenvolvimento e com a justiça social, deparamo-nos com uma ação administrativa sem precedentes, com o rebaixamento em 82% nos salários dos profissionais do DER (Departamento de Estrada de Rodagem).

Reconduzidos à direção do Senge Piauí para o período de 2011 a 2014, teremos uma nova gestão com muitos desafios, como o de combater situações como essa. No nosso trabalho, manteremos a luta pelo piso profissional dos engenheiros, definido por legislação federal em nove salários mínimos para jornada de oito horas, e a fiscalização dos cargos de exclusividades da engenharia, em todas as esferas públicas.

Na nossa agenda, estará ainda a luta pelo bem-estar da população, que deve ter acesso aos serviços essenciais sob controle do Estado, prestados de forma eficiente e tecnicamente competente. Abraçamos assim um projeto amplo de desenvolvimento, com investimento em infraestrutura e sustentabilidade ambiental, visando tirar o Piauí do ranking de detentores dos piores índices sociais e econômicos do País. Perseguiremos tais metas de forma ética, destemida e responsável.

Antonio Florentino de Souza Filho – presidente do Senge Piauí e diretor da FNE

SINDICAL

A necessidade de estabelecer normas de participação e controle social no setor de comunicações no Brasil foi colocada em pauta durante debate promovido em 11 de janeiro

último pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, na sede do Sindicato dos Jornalistas, em São Paulo.

A atividade contou com a participação do presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann, que apresentou o trabalho “Panorama brasileiro da comunicação e das telecomunicações” – lançado no mesmo dia por essa fundação pública e pela SociCom (Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação) –, do jurista Fábio Konder Comparato e do jornalista Paulo Henrique Amorim.

“Estamos diante de duas estradas a percorrer”, pontuou este último. “A primeira é lutar pela lei de meios, a qual tenho medo que tenha o mesmo destino que as quatro propostas de Fernando Henrique Cardoso: a cesta de lixo”, afirmou, ao defender a instituição do marco regulatório que havia sido anunciado no apagar das luzes do Governo Lula pelo ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social Franklin Martins. Para justificar o receio, o jornalista criticou as recentes entrevistas dadas pelo atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, nas quais esse aparentou recuar na proposta diante das críticas dos veículos. “Bernardo está com medo da Globo”, resumiu. A segunda frente nessa batalha, defendeu Amorim, é fazer pressão para que o STF (Supremo Tribunal Federal) julgue as ADOs (Ações Diretas por Omissão) que visam obrigar o Congresso a regulamentar os capítulos da Constituição que dizem respeito à comunicação. “Para tanto, o primeiro passo é que a AGU (Advocacia-Geral da União) dê um parecer favorável às ações”, apontou.

Tais medidas, de autoria de Fábio Comparato, visam regulamentar o artigo 5º da Carta Magna, em seu parágrafo 5º, que trata do direito de resposta, eliminado da legislação brasileira juntamente com a Lei de Imprensa, considerada inconstitucional pelo STF. Também o artigo 220, nos parágrafos 3º, inciso II, e 5º, que dizem respeito ao direito de defesa de programação ofensiva à pessoa ou publicidade de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Por fim, o artigo 221, que trata dos princípios que o conteúdo veiculado em rádio e TV deve atender, como por exemplo dar preferência a finalidades educativas, artísticas e culturais e promover a cultura nacional e regional, estimulando a produção independente. “Tais dispositivos sem regulamentação são nada”, sentenciou o jurista.

Fazer valer tais regras, que hoje são meras intenções, é fundamental, lembrou ele, para “desprivatizar a comunicação social, que deve se desenvolver no espaço público”. Uma das graves consequências à falta de regulamentação é o oligopólio observado dos veículos de comunicação, embora seja proibido pela Constituição. “No Brasil há quatro grandes conglomerados, supera os Estados Unidos, onde são cinco”, criticou.

Hipermonopolização

Esse cenário foi justamente um dos estímulos à pesquisa desenvolvida pelo Ipea, informou Pochmann. “Esses países baleias, de dimensões continentais, enormes população e mercado interno têm uma oportunidade singular do ponto de vista histórico”, salientou. No entanto, ponderou, tal potencial enfrenta dificuldades de se viabilizar devido à concentração no setor privado, notadamente nas comunicações, no qual há um processo de hipermonopolização.

“Essas empresas são tão grandes que não podem quebrar, sob o risco de arrasar a economia, e o Estado passa a ser sócio nos empreendimentos.” Para ele, é preciso entender e mudar essa realidade para que as possibilidades abertas a nações como o Brasil, a partir da crise financeira internacional de 2008, sejam aproveitadas.

A segunda motivação, informou, foi a transição na sustentação da economia do trabalho material para o imaterial. Há, conforme o presidente do Ipea, um processo de intensificação e extensão da jornada graças às novas tecnologias. “Levamos o trabalho para casa e ficamos conectados a ele 24 horas por dia. É o fim do descanso semanal remunerado. Isso vem ocorrendo de forma alienada, sem qualquer crítica.”

A pesquisa do Ipea

De acordo com a divulgação feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o trabalho “Panorama brasileiro da comunicação e das telecomunicações”, publicado em três volumes, traça um quadro do setor considerado estratégico para o País. Foram reunidas diferentes dimensões que se complementam e ajudam na elaboração de futuras políticas públicas. O estudo conta com a participação de pesquisadores renomados da comunicação no Brasil, além de mestres e doutores selecionados por meio de chamada pública. (Rita Casaro)

Acesse:

- Volume 1 – Colaborações para o debate sobre telecomunicações e comunicação:
- Volume 2 – Memória das associações científicas e acadêmicas de comunicação no Brasil:
- Volume 3 – Tendências na comunicação:

DESENVOLVIMENTO

A largada para a nova etapa da iniciativa voltada ao desenvolvimento nacional foi dada na reunião da Diretoria Executiva da FNE, realizada em Teresina, em 28 de janeiro último. O “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, ao longo de 2011, estará voltado ao que pode representar uma grande oportunidade de avanço na infraestrutura urbana das cidades brasileiras: as obras previstas para cada uma das 12 cidades-sedes escolhidas para os jogos da Copa do Mundo de 2014. “Nosso interesse está no legado que isso pode deixar ao País. É importante que tudo seja feito da melhor forma possível, com planejamento e transparência, mas também que tenha utilidade após a Copa”, salienta o presidente da federação, Murilo Pinheiro.

De acordo com o plano de trabalho aprovado pela diretoria, a nova empreitada da FNE será desdobrada em três centros de formulação: a) as tarefas exigidas para a preparação e realização do evento, principalmente em termos de infraestrutura;

b) as necessidades locais e regionais para que sejam cumpridas a contento; e c) o saldo econômico, social, cultural e estrutural que a Copa venha a proporcionar ao País.

A exemplo de como foi produzido o primeiro manifesto, ainda em 2006 – depois atualizado e ampliado –, os temas considerados essenciais (mobilidade urbana; energia; telecomunicações; segurança; recursos humanos; estrutura portuária e aeroportuária; saneamento; hotelaria e turismo; estádios e estruturas de apoio; e financiamento) terão notas técnicas elaboradas por especialistas e serão debatidos em seminários que acontecerão nas capitais que abrigarão os jogos. Tais eventos devem ocorrer entre os meses de março e novembro, segundo calendário a ser definido em fevereiro. Ao final do processo, as propostas da FNE serão editadas em material gráfico e eletrônico para ampla distribuição em todo o País, “dando materialidade à contribuição dos engenheiros brasileiros para o sucesso de uma empreitada de largo fôlego, como é a realização de uma Copa do Mundo de futebol”, salienta o documento “o Cresce Brasil e a Copa de 2014”. Além disso, espera-se, no decorrer do processo, assegurar o envolvimento direto de todos os atores públicos e privados relacionados com o evento, através da participação nos 12 acontecimentos regionais programados. Objetivo fundamental ainda é garantir que as discussões e decisões sobre a realização da Copa sejam um momento, por excelência, para o fortalecimento da agenda nacional do crescimento econômico e do desenvolvimento brasileiro.

Ainda em 28 de janeiro, durante a solenidade de posse da diretoria do Senge Piauí, tal intuito recebeu reforço com a participação do representante do Ministério do Esporte, Joel Benin, que falou em nome do titular da pasta, Orlando Silva. Segundo ele, “a realização da Copa de 2014, assim como das Olimpíadas de 2016, está sintonizada com o movimento da FNE pelo desenvolvimento”. “Faremos com que o Brasil se fortaleça ainda mais com esses eventos”, afirmou. (Rita Casaro)

SINDICAL I

Cerca de 480 engenheiros e arquitetos da administração direta e dos diversos órgãos da Prefeitura de Porto Alegre podem ser beneficiados por uma medida que vem sendo proposta pelo Senge-RS: o pagamento de verba de responsabilidade técnica. Nos moldes do que já ocorre junto à Prefeitura de Passo Fundo, em que a categoria recebe um valor adicional a esse título, como forma de complementar sua remuneração, a iniciativa visa valorizar o profissional que atua na prestação do serviço público municipal. Quem explica é José Luiz Bortoli de Azambuja, presidente do sindicato: “A busca é pelo reconhecimento tanto de quem trabalha

na melhoria da receita local quanto na qualidade do gasto, com a elaboração de projetos adequados, a custos compatíveis.”

Geralmente no País não é pago o piso de acordo com a Lei 4.950-A/66 – equivalente a nove salários mínimos por jornada de oito horas diárias – aos estatutários, sob a alegação de que tal não se aplica a essa parcela, que seguiria regime exclusivo. Conseqüentemente, completa Azambuja, a remuneração inicial via de regra é baixa. Aos empregados da Prefeitura de Porto Alegre, situar-se-ia em torno de R\$ 1.500,00, conforme ele.

A luta para mudar isso teve início em abril de 2010 e tem enfrentado resistência do poder público. A alegação do Executivo é de que haveria impactos sobre as finanças municipais. O que o presidente do Senge desmonta, asseverando que não haveria problemas dessa ordem. Considerando-se os aposentados, o incremento seria de cerca de 1,5% sobre a folha de pagamento, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal ou comprometer a receita da Prefeitura.

Sem contar que a verba tem por objetivo, além de assegurar remuneração justa, de acordo com as atribuições do profissional, garantir isonomia salarial. “Algumas categorias específicas têm obtido gratificações e outras benesses que acabam por levar a uma situação de injustiça em relação ao conjunto dos trabalhadores. Essa diferença precisa ser equacionada”, destaca Azambuja. O entendimento, ainda para o presidente do Senge, é que essa questão somente será resolvida através da instituição de um plano de cargos e salários. Porém, na sua ótica, esse é um projeto de longo prazo. Para encurtá-lo, “a verba de responsabilidade técnica é um caminho legal”. A sugestão é que corresponda a 2,5 vezes o salário nominal do engenheiro e seja paga a título de gratificação, corrigindo a distorção em relação ao piso da categoria.

O fundamento é que o engenheiro tem como peculiaridade em seu trabalho a questão da responsabilidade sobre a obra ou serviço prestado, a qual não se extingue “nem mesmo com a aposentadoria”. Portanto, acredita Azambuja, “teria riscos na execução de suas atividades, e a verba tem uma natureza que visa emergencialmente dar-lhe condições de suportar quaisquer despesas decorrentes, além do tratamento isonômico”.

Articulação e campanha

Com a adesão praticamente integral dos engenheiros empregados na administração direta e órgãos públicos de Porto Alegre, a campanha para alcançar tal resultado tem se mantido graças à mobilização cotidiana. “Na primeira reunião, conclamamos as pessoas e fizemos uma assembleia exitosa. Na sequência, tivemos uma audiência com o Prefeito, que designou um secretário para cuidar do tema. Foram, a partir daí, três meses de negociações infrutíferas”, relata Eduardo Fleck, engenheiro de carreira da administração municipal e um dos representantes do movimento. Segundo ele, agora, a busca é por retomá-las em breve e pela obtenção de apoio de vereadores para aprovar projeto de lei que seria encaminhado pelo Executivo nesse sentido, sendo que uma bancada inteira já teria endossado a campanha. “E cada vez aumenta mais o número de adesões”, celebra. De acordo com Fleck, a luta inclui manifestações, por exemplo, em frente a obras quando da sua inauguração oficial, com faixas denunciando a baixa remuneração dos engenheiros e reivindicando a mudança desse cenário.

Como símbolo, foi eleito o capacete branco. “Esperamos ter algum resultado até o final do ano”, ressalta Azambuja.

O movimento que teve início na capital do Rio Grande do Sul tem se multiplicado pela região. O efeito-dominó já atingiu vários municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, tais como Canoas, Sapucaia e Sapiranga. Na primeira localidade, a ideia conta inclusive com a simpatia do Prefeito e já está em elaboração projeto de lei que institua a verba de responsabilidade técnica, diz o presidente do Senge. (Soraya Misleh)

SINDICAL II

Também entrou na pauta da reunião da diretoria da FNE, realizada em 28 de janeiro, em Teresina, a situação dos empregados do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) do Piauí. Em greve desde 17 do mesmo mês, cerca de mil trabalhadores, entre os quais 73 engenheiros, tiveram seus salários reduzidos drasticamente a partir de dezembro de 2010, por uma medida administrativa do Governo do Estado, que alega atender a uma decisão judicial, retroativa a 1999, que anularia o Plano de Cargos e Salários da autarquia. Com isso, desde a quitação do 13º, quem tinha vencimento de R\$ 4.484,17, viu o seu ganho despencar para R\$ 893,79, caso do engenheiro Matias Gomes de Sales. Indignado, ele destacou o desrespeito que o ato representa ao corpo técnico responsável pela malha viária de 11.390km do Estado. “O que foi feito fere a dignidade humana e a Constituição Federal, que proíbe a redução salarial”, completou.

O presidente do Senge Piauí, Antonio Florentino de Souza Filho, que vem acompanhando o processo de perto, em parceria com o Sinderp (Sindicato dos Servidores do DER), chamou a atenção ainda para a dificuldade de sobrevivência que o corte na remuneração representa a esses profissionais e suas famílias. Após os relatos, a diretoria da FNE declarou apoio formal da entidade à luta dos trabalhadores, o que será manifestado ao governador do Piauí, Wilson Martins, por meio de ofício enviado a ele, e colocou sua assessoria jurídica à disposição dos empregados. “Essa luta é nossa. Isso é um absurdo”, declarou o presidente da federação, Murilo Pinheiro. (Rita Casaro)

SINDICAL III

MA

Posse dos representantes do sindicato no Crea

No dia 18 de janeiro último, foram empossados os representantes do Senge no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão, eleitos para o triênio 2011-2013, durante assembleia geral extraordinária realizada na sede do sindicato, no dia 5 do mesmo mês. São eles, para as Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica, como titular e suplente, Berilo Macedo da Silva e Clenilson Novaes Santos; de Engenharia Civil, Paulo Rogério Azevedo e José Ribamar da Fonseca; e Adriana Oliveira Carvalho, esta à suplência.

RO

Empossada nova gestão

Ocorreu no dia 1º de janeiro último a posse administrativa da diretoria do Senge-RO para o período 2011-2013, eleita por aclamação e unanimidade em assembleia no dia 25 de novembro último, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima. Integram a equipe Marcos Luciano Camoegas Gracindo Marques (presidente), Francisco Wolney Costa da Silva (vice-presidente), Antônio Rodrigues da Silva Filho e Enilza Silva da Costa (1º e 2º secretários); Geovane Sales da Silva e José Luis Oca (1º e 2º tesoureiros); Roberto Castro Aguiar, Neovânio Soares Lima e Marcelo Mesquita da Silva (1º, 2º e 3º suplentes). Conselho Fiscal: Jorge da Silva Barbosa, Raimundo Marques Fontenele e Felipe Diogo Ledur (1º, 2º e 3º titulares); Jamile Tuanne Dantas Alves, Sebastião Sandro da Silva e Silva e Eurico Sobrinho de Almeida (1º, 2º e 3º suplentes).

PI

Florentino é reconduzido à presidência do Senge

Reeleito para o quarto mandato à frente do sindicato, Antonio Florentino de Souza Filho e sua diretoria tomaram posse em solenidade na noite de 28 de janeiro último, em Teresina. Na ocasião, ele reafirmou seu compromisso com a defesa dos engenheiros do Piauí e a luta pelo desenvolvimento regional e nacional. Durante a cerimônia, aconteceu ainda o lançamento do II Eco Piauí, a ser realizado entre 5 e 8 de maio próximo, marcado pela obliteração do selo personalizado do evento. Também fez parte da comemoração uma homenagem ao presidente da FNE, Murilo Pinheiro, pelo trabalho em prol da engenharia brasileira e seus profissionais e pelo fortalecimento do Senge Piauí. Completando, foi apresentada a nova etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que terá foco na Copa de 2014 .

Entre outras autoridades, além do presidente e de diretores da FNE, prestigiaram a iniciativa o prefeito de Teresina, Elmano Férrer, o secretário estadual de Governo, Wilson Brandão, o deputado estadual Firmino Filho (PSDB), a vereadora Teresa Britto (PV) e a presidente em exercício do Crea-PI (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí), Maria de Fátima Cordeiro Ferreira.

AL

Serviços aos profissionais

O Senge-AL coloca ao alcance dos seus associados e interessados, no site www.sengeal.org.br, o seu Balcão de Empregos, no qual é possível se cadastrar enviando um currículo breve com nome, profissão, tempo de formado e aptidões. Também está aberto a denúncias de irregularidade, inclusive as relativas ao exercício ilegal da profissão. Segundo o presidente do sindicato, Disneys Pinto, “nossa diretoria se encarregará de notificar os órgãos responsáveis para que sejam tomadas as devidas providências”. Para tanto, afirmou, “os profissionais contam com 13 membros eleitos no Senge para representá-los no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas”. Segundo ele, esses têm obrigação de preservar direitos e deveres da categoria no âmbito das comissões, câmaras especializadas e plenária do Crea. Ainda no site, os profissionais podem se associar à entidade. Ou, se preferirem, pessoalmente, na Rua Humaitá, 38, Farol, em Maceió.

GO

Garantido o piso salarial

A Agehab (Agência Goiana de Habitação) comprometeu-se a adequar a jornada de trabalho dos profissionais de engenharia e arquitetura para seis horas diárias, garantindo a não redução do salário em contratos de trabalho do órgão. O compromisso foi assumido junto ao Senge-GO, que no mês de dezembro último encaminhou ofício à agência solicitando o cumprimento da Lei Federal nº 4.950-A/66, que estabelece o pagamento do salário mínimo profissional aos vinculados ao Sistema Confea/Creas empregados em companhias públicas e privadas. Através do parecer nº 327/2010, assinado pela presidente do órgão, Silmara Vieira, a Agehab foi favorável à obrigatoriedade de adequação da jornada e do piso, atualmente calculado em R\$ 3.060,00 para seis horas de trabalho por dia. “Essa decisão foi resultado da luta do Senge em prol da categoria em Goiás”, destaca o seu presidente, Gerson Tertuliano.

CE

FNE tem assento no Fundo Nacional de Habitação

A presidente do Senge-CE, Thereza Neumann dos Santos Freitas, é representante da FNE no CGFNHIS (Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) desde o dia 7

de dezembro de 2010. Como conselheira titular, ela poderá contribuir nas decisões de grande relevância nas questões relacionadas à habitação no País, já que o FNHIS centraliza os recursos com aplicação definida para aquisição, construção, reforma, locação social e arrendamento de unidades, na produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, na regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social ou na implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas de habitação popular. “Fazer parte desse Conselho representando a federação é uma grande oportunidade, pois poderemos contribuir com nossa visão técnica e social em decisões que repercutirão na qualidade de vida de grande parte dos brasileiros”, afirmou.

ENTREVISTA

Presidente da EvonikDegussa para a América do Sul e Central e da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo, o executivo Weber Porto garante que as expectativas do país europeu em relação ao Brasil são as melhores possíveis. De acordo com dados de pesquisa entre as empresas germânicas aqui instaladas, a maioria pretende investir e contratar em 2011. Há preocupações, contudo, com relação ao câmbio valorizado, aos gargalos de infraestrutura e à falta de mão de obra especializada, considerados freios à tendência de crescimento. Em entrevista, ele falou ao Engenheiro sobre esse e outros temas.

Em particular para 2011, quais as perspectivas da indústria em geral e das empresas alemãs?

Existe um otimismo bastante forte da indústria e dos empresários. Não houve reação negativa em relação ao novo governo, que representa uma continuidade e, de certa forma, os resultados do anterior foram bastante positivos nos últimos anos. Acreditamos que essa tendência de manutenção da economia aquecida vai continuar em 2011. Não se espera que o crescimento fique na ordem dos 7%, como 2010, mas algo como 4,5%, que não é um número ruim. E é até bom que não fique tão alto, porque aí podemos esbarrar mais fortemente em gargalos da nossa economia. De forma geral, o otimismo continua em relação ao Brasil, acreditamos que o crescimento é sustentável.

E esse otimismo se traduzirá em contratações e investimentos?

Fizemos uma pesquisa que mostrou que a maioria das companhias alemãs planeja contratações e investimentos para 2011. Por exemplo, 70,6% das empresas associadas à Câmara pretendem investir em 2011, o que é um número bastante grande. Noventa por cento pretendem contratar. A pesquisa é de setembro/novembro de 2010. Acredito que se a

refizéssemos hoje não haveria muitas alterações. E a Alemanha continua muito interessada em investir no Brasil, que está na lista estratégica das empresas. Para se ter uma ideia, neste ano esperamos ter visitas de cerca de 60 delegações comerciais, é mais que uma por semana. Em 2010, foram 40. Em 2006, tivemos entre seis e oito delegações, o Brasil está na agenda, sem sombra de dúvida, inclusive política. No ano passado, tivemos quatro ministros de Estado. O trabalho que o governo anterior fez em relação à imagem do País foi muito bom, nós temos que reconhecer, passou a ser respeitado por vários motivos, inclusive pela forma como conseguiu sair da crise em 2009.

Quais seriam os gargalos que impediriam um crescimento mais acelerado?

Existem vários problemas muito antigos em relação a nossa infraestrutura. Em 2010, tivemos problemas seríssimos com os portos, com filas de caminhões para exportação de vários produtos. Se esse crescimento fosse maior, essas filas aumentariam e teríamos dificuldades de cumprir com os nossos compromissos. Temos gargalos de aeroportos, de energia. Outro problema é mão de obra qualificada, que começa a se tornar bastante sério. A maioria das empresas que estão contratando – e várias estão, entre elas a minha – vê que não está fácil encontrar pessoas qualificadas. A quantidade de profissionais já preparados para exercer cargos não é muito grande no momento, faltam formação, experiência, depende do setor. As faculdades não estão formando profissionais de nível, isso já sentimos há algum tempo. Tanto é que quando contratamos, nós damos muito valor ao potencial da pessoa e a treinamos para colocá-la no nível que precisamos.

Qual a sua opinião sobre a IES (Instituição de Ensino Superior) que está sendo implementada pelo Seesp, que tem a VDI como parceira e deverá ter foco na inovação e no mercado produtivo?

Acho uma iniciativa excelente, é isso mesmo que nós precisamos. Um modelo como esse pode fazer com que esse profissional já saia da escola mais preparado para a indústria. Isso pode ser extremamente vantajoso e produtivo. Gostaria também de ressaltar a importância do trabalho da VDI, que também é parceira da Câmara e cujo comando do Edgar Horny eu considero simplesmente excepcional. Esse tripé, sindicato-VDI-Câmara é bastante interessante e pode contribuir muito para a formação profissional.

C&T

Segundo o levantamento feito em 2010 pelo MCT (Ministério da Ciência e da Tecnologia), com a colaboração da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), 65% da população brasileira interessa-se por ciência, superando temas populares

como esportes (62%) e arte e cultura (59%). O resultado divulgado em janeiro mostrou um salto em relação a 2006, quando o assunto chamava a atenção de 41%.

Intitulada “Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil”, a pesquisa ouviu cerca de 2 mil pessoas, em várias regiões do País. O objetivo foi medir o interesse, grau de informação, atitudes, visões e conhecimento que os brasileiros têm da ciência e tecnologia e, a partir disso, elaborar políticas públicas, conforme informa Ildeu de Castro Moreira, coordenador do estudo e diretor do Depdi (Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia) do MCT.

Entre os fatores que contribuíram para o interesse ter se expandido, Moreira destaca a maior presença no cotidiano das pessoas. “O Brasil teve nos últimos anos crescimento econômico com ascensão social de várias camadas que tiveram mais acesso à informação. Além disso, a mídia passou a divulgar mais as questões da ciência e da tecnologia”, salienta. A atuação dos meios de comunicação quanto à ciência foi avaliada na enquete. Cinquenta e dois por cento dos entrevistados estão satisfeitos com a divulgação feita pela TV dos temas científicos e 46,3% aprovam a cobertura dos jornais. Entretanto, a maior razão para a insatisfação é a pequena quantidade de matérias disponíveis sobre o assunto.

Destaques

Para 83% dos entrevistados, meio ambiente é o tema mais relevante, seguido de medicina e saúde, que atrai a atenção de 81%. Segundo os participantes, as áreas de maior importância para o desenvolvimento do País são os setores de medicamentos (32%), agricultura (15%), mudanças climáticas (14,8%), energia solar (14%) e biocombustíveis (6%).

Os brasileiros avaliaram também a posição da ciência nacional em relação a outros países. Ao todo, 49,7% disseram que o segmento está num patamar intermediário.

Na visão de 51%, a pesquisa científica é essencial para o desenvolvimento da indústria. Para 31%, o progresso da ciência brasileira não é maior porque os recursos são insuficientes. Nesse sentido, 68% dos consultados responderam que o governo deve aumentar as inversões na pesquisa científica e tecnológica e 72% acreditam que as empresas privadas brasileiras também deveriam investir mais nessa área.

Outra constatação importante é que 42,3% dos participantes declararam que a ciência traz mais benefícios para a sociedade do que malefícios; 38,9%, que o segmento traz apenas benefícios. Saúde e prevenção de doenças foram o maior ganho citado, somando 26% das respostas. Além disso, para 30% dos entrevistados, o desenvolvimento científico e tecnológico levará a uma diminuição das desigualdades sociais no País.

Desafios

Apesar da compreensão quanto à importância do tema, apenas 8,3% dos consultados visitaram algum museu ou centro de C&T nos últimos anos. “Esse número dobrou com relação

a 2006. Existe um movimento grande, mas o índice está muito abaixo da média europeia hoje, em torno de 20%”, comenta Moreira. Entre as razões mencionadas, a principal é a inexistência desses espaços na região de residência, problema apontado por 36,8% dos entrevistados. “Esses dados são importantes porque ajudarão a traçar uma política pública visando criar mais planetários, museus de ciências e observatórios, especialmente nas periferias”, afirma.

Além disso, a grande maioria dos brasileiros tem pouco conhecimento sobre o tema. Das 2.016 pessoas entrevistadas, 81,9% foram incapazes de citar uma instituição científica do Brasil e 87,6% não souberam indicar o nome de um cientista importante.

Para o diretor do MCT, a principal causa desse problema está na educação. “A escola brasileira não discute a ciência. Não existe um livro didático no Brasil que trate o tema adequadamente. A pesquisa mostra um grande desconhecimento sobre a história da ciência e da tecnologia nacional. Temos que somar esforços para mudar esse quadro”, conclui. (Lucélia Barbosa)